

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

ANGELO JOSE DE NEGREIROS NETO

A TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL NA OBRA *O PRÍNCIPE*

Teresina

2013

ANGELO JOSE DE NEGREIROS NETO

A TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL NA OBRA *O PRÍNCIPE*

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

cod. 4543
320
N385f

Teresina

2013

ICESPI - Biblioteca	
10357	30/09/22

- Política
- Teoria Política - Maquiavel
- ICESPI - Trabalhos Monográficos

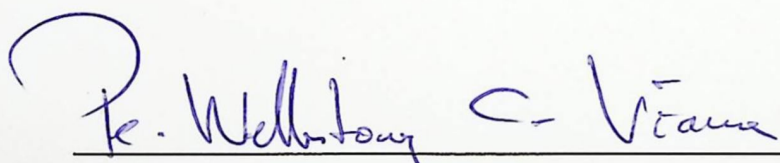
ANGELO JOSE DE NEGREIROS NETO

A TEORIA POLÍTICA DE MAQUIAVEL NA OBRA O PRÍNCIPE

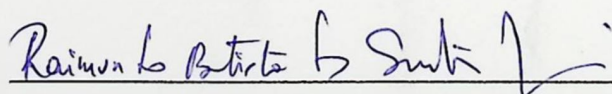
Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Conceito: Aprovado

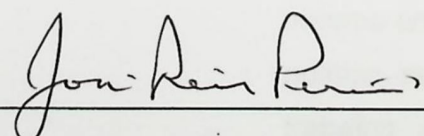
Teresina, 06 de dezembro de 2013.



Orientador



1º LEITOR



2º LEITOR

Dedico este trabalho a todos aqueles que mesmo em meio às dificuldades do exercício político se esforçam para desenvolver um trabalho coerente que tenha em vista a conservação da ordem e o bem comum de todos.

Por meio da Santíssima Virgem, todo louvor e gratidão à Trindade Santa. Agradeço também à minha família e ao Padre José Cláudio Boechat pelo amor e atenção a mim dispensados. À amiga Professora Ana Beatriz Seraine pela ajuda imprescindível.

Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar.

NICOLAU MAQUIAUEL

RESUMO

A teoria política de Nicolau Maquiavel representa um marco para a Política e para o desenvolvimento da Ciência Política. A partir da análise dos fatos históricos e da situação crítica do seu tempo, ele abandona a tradição política existente em sua época, arraigada na concepção idealista grega e cristã. Ele desenvolve um novo modo de executar a política autônoma em relação à Religião e à Ética. Dois elementos característicos de sua teoria política são essenciais ao bom governante: a *virtú*, habilidade mundana de lidar com os contratempos políticos, e a *fortuna*, momento oportuno que o destino proporciona. O bom governante será aquele que conseguir manter-se no poder e controlá-lo. A teoria política de Maquiavel permanece polêmica e atual porque na problemática levantada por ele ainda subsiste o dilema entre Ética e Política.

Palavras-chave: Maquiavel. Teoria política. Governante. Poder. *Virtú*. Ética.

ABSTRACT

The political theory of Niccolo Machiavelli represents a milestone for the policy and the development of political science. From the analysis of historical facts and the critical situation of his time he leaves the political tradition existing in his time, rooted in the idealistic Greek and Christian. He develops a new way of implementing the policy independent from the Religion and Ethics. Two characteristic features of his political theory are essential to good ruler: *virtú*, ability to deal with the mundane political setbacks, and *fortuna*, timely fate delivers. The good ruler will be that who is able to remain in power and control it. Machiavelli's political theory remains controversial and current because the problems raised by him still exist the dilemma between ethics and politics.

Keywords: Machiavelli. Political theory. Ruler. Power. *Virtú*. Ethics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O CONTEXTO DE MAQUIAVEL	11
2.1	A Renascença ítalo-florentina	11
2.2	A tradição política vigente	12
2.3	Maquiavel e <i>O príncipe</i>	15
3	A POLÍTICA SOB O OLHAR DE MAQUIAVEL	19
3.1	Características da teoria política maquiaveliana	21
3.2	Os conceitos fundamentais da teoria política maquiaveliana: <i>virtú</i> e <i>fortuna</i>	23
3.3	A Ética maquiaveliana para a Política	25
4	A CONTRIBUICAO DE MAQUIAVEL PARA A POLÍTICA	28
4.1	Críticas à teoria política maquiaveliana	28
4.2	A colaboração de Maquiavel para a Ciência Política	31
4.3	A atualidade do pensamento de Maquiavel	33
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

A Política sempre foi objeto de reflexão durante a história, desde a Antiguidade até a Contemporaneidade. No período Antigo ela era concebida como parte da Ética; entre o final da Idade Média, adentrando a Modernidade, ela ganhou autonomia como ciência e, hodiernamente, com a especialização das diversas ciências, ela não declinou, mas se complexificou ainda mais.

Nosso trabalho pretende deter-se no fato que é considerado um divisor de águas no campo da Política e para o nascimento da Ciência Política: o surgimento da teoria política de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Isso se deu propriamente em meados do século XVI, em pleno Renascimento cultural, artístico e filosófico, na cidade italiana de Florença. Conhecedor da cultura greco-romana e portador de larga experiência no campo político, Maquiavel plasmou uma nova forma de conceber a ação política, refletindo sobre a ação dos grandes homens do passado, analisando a situação presente e concebendo uma teoria voltada para a realidade e não apenas idealista, como acontecia até então. São característicos de sua teoria política os conceitos de *virtú* e *fortuna*, atributos do bom governante e os meios pelos quais alcançará o fim da política: o poder pelo poder.

Abordaremos o presente tema a partir de sua obra *O Príncipe* (1513). No opúsculo o autor contrasta elementos da realidade com fatos ocorridos no passado, acertos e erros de grandes governantes, querendo, desse modo, esclarecer e orientar como o bom governante deve agir para manter-se no poder. Maquiavel não idealiza como deve ser o governante e o governo ideal, ele demonstra o que deve ser feito e o que deve ser evitado. É basicamente um manual, mas que difere dos outros de sua época exatamente pelo seu realismo. Contudo, o pensamento do autor não foi aceito positivamente em sua época e a polêmica em torno de sua teoria persiste até hoje.

Nosso trabalho se desenvolverá a partir da consulta de obras filosóficas e políticas tais como o *Curso de Filosofia Política* (BITTAR, 2007), a *Introdução ao pensamento político de Nicolau Maquiavel* (ESCOREL, 1979) e *O príncipe de Maquiavel: roteiro de leitura* (MEGALE, 1993). No primeiro capítulo abordaremos o contexto de Maquiavel: a Renascença ítalo-florentina, a tradição política que vigorava em sua época, sua vida e o que o levou a escrever *O príncipe*. No segundo capítulo descreveremos a política sob seu olhar, suas características, seus conceitos

fundamentais (*virtú* e *fortuna*) e a ética desenvolvida por ele. Finalmente, no terceiro capítulo trataremos de sua contribuição para a Política: as críticas que se levantaram contra sua teoria política, sua colaboração para a Ciência Política e a atualidade do seu pensamento.

Pretendemos a partir da elucidação desses elementos não apenas destacar a intenção original do autor e a sua importância para o surgimento da Ciência Política, mas também a atualidade da problemática suscitada por ele.

2 O CONTEXTO DE MAQUIAVEL

Antes de refletir sobre o pensamento de Maquiavel propriamente dito, é necessário considerar três elementos que o influenciaram: 1) o Renascimento ítalo-florentino, 2) a tradição política vigente, 3) a vida e a obra do autor. Desprezando-os corremos o risco de cair nos erros que se multiplicaram na história, como a interpretação distorcida do seu pensamento. Analisando-os compreenderemos melhor como se deu a gênese da teoria política do Florentino, pois são o ponto de partida do seu pensamento e o seu grande laboratório. Como afirma Megale (1993, p. 7-8), há 500 anos, Maquiavel viu a realidade e a descreveu, amadureceu sua inteligência com os livros do pai e pela observação intensa de seu próprio tempo.

2.1 A Renascença ítalo-florentina

Inicialmente, é preciso compreender o período histórico no qual Maquiavel está inserido. Ele é marcado pelo chamado *Renascimento* ou *Humanismo* (final do século XV e início do XVI), que marca o fim da Idade Média e o início da Idade da Razão. Recebeu este nome dos italianos "porque para eles parecia a ressurreição do espírito clássico após a bárbara interrupção de mil anos" (DURANT, 2002, p. 55), durante a Idade Média, no que dizia respeito às letras, a literatura e às artes em geral. Muitos comerciantes, banqueiros e nobres, bem como a Igreja, promoviam traduções de obras (muitas das quais resultantes de espólios de guerra), aulas de grego com preceptores bizantinos fugidos das guerras do Oriente, pinturas, esculturas, construções no estilo clássico de Roma e da Grécia antigas.

Com o retorno ao pensamento grego clássico, que por um lado já havia sido retomado pela Escolástica¹, inicia-se o chamado *Humanismo*, que determinava a volta à natureza humana como critério supremo de todos os valores. Para os humanistas o estudo apropriado da humanidade se dava a partir do próprio homem: a sua fisionomia, os seus sentimentos e sensações, a sua razão. A literatura e a arte grega e romana estavam permeadas destes elementos e, por isso, constituíam subsídios basilares de formação. Mudou-se do eixo divino para o mundano. Ele inspirava o naturalismo e o antropocentrismo, fazendo, como afirma Durant (2002, p.

¹ Compreende o desenvolvimento da filosofia e da teologia nas escolas cristãs medievais entre os séculos IX e XVII.

63), passar-se da religião para a filosofia, do céu para a terra.

A filosofia também se renovou na esteira do humanismo como dedicação às *Letras Humanas*, como assinala Kenny (1999, p. 222). Apesar de não se reconhecer um desenvolvimento filosófico entre os séculos XV e XVI, sua característica foi a retomada dos ensinamentos clássicos antigos, de modo que se preferiam os autores clássicos pagãos, aos autores cristãos latinos; ler as autoridades gregas no original que as traduções. Muito além do simples estudo e descoberta da cultura antiga grega e romana, esse movimento se caracteriza pelo desejo de viver conforme essa mentalidade antropocêntrica.

Junte-se a isso o grande período de prosperidade econômica experimentado por várias regiões da Europa, proporcionado pelas atividades mercantis, bancárias e culturais. A Florença de nosso autor, no século XIV, era a mais rica cidade da península italiana. Sua organização industrial, a extensão de seu comércio e as operações de seus bancos colaboravam para todo este progresso. A cidade se destacava pela agitação provocada pelas produções artísticas que em grande parte eram patrocinadas pelas famílias tradicionais em meio a grandes disputas.

Contudo, mesmo em meio a essa efervescência cultural e filosófica, a política passava por uma crise que assolava praticamente toda a Europa, da qual Florença não se eximia. Maquiavel acompanhava de perto toda esta situação, o que lhe concedia meios para fecundar a sua teoria política.

2.2 A tradição política vigente

Antes de Maquiavel não se reconhece uma teoria ou uma ciência política. Tem-se, de fato, desde a Antiguidade até a sua época, concepções de Estado e de política, tais como a *polis* platônica, a política como virtude prática aristotélica, ou a política tomista. E, mesmo que se considere no âmbito da filosofia, tais concepções como modelos políticos de fato, lhes faltam aquilo que constitui o diferencial do Florentino: a empiricidade e o realismo.

Platão ocupa-se basicamente em propor um modelo de Estado ideal no qual a política é vital para sua subsistência e de suma importância para a *polis*. Segundo Bittar (2007b, p. 59), em Platão “a real função do Estado é a de desenvolver as habilidades, aptidões, objetivando o mais excelente, o melhor, o alcance da virtude (*areté*, do grego, excelência)”. Dessa forma, não é o indivíduo que existe para o

Estado, mas o Estado que existe para o indivíduo. O verdadeiro governante é o que se deixa guiar pela razão na condução da coisa pública e não pelo seu egoísmo.

Para Platão não há divisão entre justiça e política, mas a justiça realiza-se no Estado, através das leis, em favor do bem comum. Deus é o legislador maior e a referência para o homem. Também não há divisão entre ética e política, pois o Estado é o meio suficiente para a realização da felicidade e o alcance da virtude. Nesse Estado o governante ideal seria o filósofo, dotado de uma visão superior à dos demais e de melhores condições para governar segundo a ideia do Bem². Desse modo, o governo ideal é o resultado da ação do bom governante através das leis.

Em Aristóteles a vida do indivíduo desenvolve-se na *polis* e tudo o que ele faz está ligado a um bem respectivo, ordenado para um fim. O homem é um animal político e sua realização não se dá apenas de modo individual, mas na *polis*. Desse modo, a politicidade, segundo Bittar (2007c, p. 83), converge para a realização ética humana e para a concretização da felicidade humana, ou *eudaimonía*. Por isso, ele também concebe uma visão finalista do agir político. A ligação que se faz entre o individual e o coletivo é a divisão que ele faz da moral: no que diz respeito ao indivíduo ela é designada como *ética*, e com relação ao coletivo como *política*. O instinto político é coletivo, tanto que para o Estagirita, se alguém não consegue viver na *polis* ou é um deus, basta-se a si mesmo, ou uma besta, desprovido de razão. Além do mais, o homem que vive na *polis* se aperfeiçoa.

Desta forma, na filosofia aristotélica, a política está inserida no campo ético e o homem, como animal racional e político, deve exercitar-se na virtude, só assim alcançará a felicidade. Por sua vez, a felicidade da *polis* dependerá da virtude de quem a governa. Como se percebe, para Aristóteles o fim da política é alcançar a felicidade e ela está subordinada diretamente à virtude.

Em Santo Tomás de Aquino, para falar de política, há que se considerar a divisão de leis, conforme aponta Reale (2005, p. 566-567): *lex divina*, *lex aeterna*, *lex naturalis*, *lex humana*³. A *lex divina* é a lei revelada por Deus; a *lex aeterna* é a ordem do universo conduzida pela sabedoria de Deus, ordenando-o ao seu fim; a *lex naturalis* é a parte da lei eterna pela qual o homem participa com a sua natureza racional e a *lex humana* é a lei jurídica, o direito positivo criado pelo homem.

² O Bem em Platão é a fonte da verdade, do belo e da cognoscibilidade.

³ Lei divina, lei eterna, lei natural, lei humana.

A *lex humana*, que está estreitamente ligada à *lex naturalis*, foi criada pelo homem para dissuadir os indivíduos do mal tendo em vista o bem comum. A lei humana, por sua vez, não pode contradizer a lei natural, mas deve ajustar-se a ela para ser válida.

Para o Aquinate a finalidade do Estado é conduzir os homens para o bem comum e para o alcance das virtudes. Além disso, deve também encaminhar os homens ao seu fim último que é sobrenatural: a bem-aventurança eterna. Para tanto, conforme assinala Reale (2005, p. 569), não é suficiente apenas a *lex humana* e a *lex naturalis*, mas é necessária a *lex divina*, a lei de Deus, encontrada no Evangelho. Desse modo, o bom governante, em última instância, deve deixar-se guiar não apenas pela razão, através da lei natural, mas principalmente pela lei divina, de forma que possa alcançar o seu fim último.

Por sua vez, Megale nos proporciona uma compreensão panorâmica do entendimento que se tinha de política até a época de nosso autor:

A ciência política ou a teoria do Estado, até então vinculada à Antiguidade clássica, com Platão (428-348 a.C.), e Aristóteles (384-322 a.C), e à Idade Média, com Tomás de Aquino (1225-1274), Dante (1265-1321), Marsílio de Pádua (1275-1313), estava imbuída de valores morais e das formas ideais de organização ou estrutura de poder. Mesmo os contemporâneos de Maquiavel, Erasmo de Rotterdam (1465-1536), Thomas Morus (1478-1535) e, mais tarde, Hugo Grotius (1583-1645) ainda guardavam preocupação moral por parte do governante. (MEGALE, 1993, p. 42-43).

Ainda no que concerne à tradição política da época de Maquiavel devemos considerar o poder teológico-político do cristianismo. Findada a Idade Média, a Igreja (apesar da corrupção que envolvia altos signatários eclesiásticos, da simonia⁴ e do envolvimento do Papa em guerras e outros assuntos que não espirituais) gozava de grande prestígio e poder. As marcas da Cristandade ainda estavam impressas fortemente na sociedade. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino encarregaram-se de cristianizar as doutrinas platônicas e aristotélicas, respectivamente. A igreja, assim, outorgava a si mesma o poder de instituir os reis e demais soberanos. O poder, como dom de Deus, só era concedido a alguém por meio da Igreja. Assim, como salienta Chauí (2006, p. 367) a respeito da constituição teocrática da época: "... o poder político só é legítimo se for justo e só será justo se estiver de acordo com a vontade de Deus e da Providência divina".

⁴ Comércio de coisas sagradas como os sacramentos e benefícios eclesiásticos.

Desta forma, fica evidente que a prática política de então não era mais suficiente para conter o caos político que assolava fortemente a Itália e a instabilidade política. É neste contexto que está inserido Maquiavel e a partir do qual ele escreve *O príncipe*.

2.3 Maquiavel e *O príncipe*

Nicolau Maquiavel nasceu no dia 3 de maio de 1469, em Florença, filho de Bernardo Nicolló Maquiavelli e Bartolommea di Stefano Nelli. Seu pai não era rico, mas era possuidor de vasta cultura e de uma biblioteca variada de clássicos Antigos como "Tito Lívio, Aristóteles, Demóstenes, Plínio e Biondo" e sua mãe "mulher religiosa e não privada de cultura, [era] a fantasia poética" (MEGALE, 1993, p. 7). Bernardo introduziu seu filho no universo da cultura grega, o que no futuro viria a colaborar com o desenvolvimento do seu pensamento. Não se sabe muito de sua infância, apenas que teve uma formação limitada, estudou latim, mas não dominou o grego; leu muitos clássicos latinos e italianos.

Ainda sob o regime do monge Jerônimo Savonarola, em 1494, Maquiavel inicia sua vida na política trabalhando em cargos de pouca importância. Com a morte de Savonarola em 1498, Maquiavel, com 29 anos de idade, é indicado para o cargo de Segundo Chanceler da República. Exerceu diversas missões diplomáticas que lhes garantiram prestígio. Numa dessas embaixadas ele conhece César Bórgia, que será para ele o protótipo de príncipe virtuoso. Após uma missão no ano de 1500, na França, Maquiavel casa-se com Marietta di Lodovico Corsini e tem seis filhos. O ano de 1512 é marcado pela volta dos Médici⁵ ao poder, ocasião em que Maquiavel é deposto, acusado de política anti-Médici, além de ser cassado, torturado e preso; vinte e dois dias depois é solto. Com 43 anos, dos quais 14 foram vivenciados na experiência e observação política, o Florentino produz *O príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Aos 58 anos perde a esperança de voltar à carreira pública. E em 21 de junho de 1527 morre Maquiavel.

A vida do pensador florentino coincide com a história ítalo-florentina do século

⁵ A casa de Médici governava Florença desde 1434, quando Cosimo iniciou essa permanência no poder; com sua morte assumiu seu filho Piero, em 1464; com a morte do seu pai, Lourenço assume o governo em 1469, morre em 1492; em 1494 assume o poder da cidade o monge Savonarola, que em 1498 é deposto, enforcado e queimado pela oposição sustentada pelo papa Alexandre VI; em 1502 Piero Soderini é eleito governante de Florença; em 1512 cai a República florentina e os Médici retornam ao poder com Juliano de Médici.

XVI. A Itália vivia um verdadeiro caos político e social: existiam várias formas de governo (ducados, repúblicas e principados), os governantes conseguiam permanecer por pouco tempo no poder, a população encontrava-se agitada pela atuação de governos despóticos e ilegítimos, as guerras alastravam-se por todos os cantos.

Em Florença a efervescência político-social não era diferente. Como assinala Durant (2002, p. 60): "A política em Florença era o conflito de famílias ricas e facções – os Ricci, Albizzi, os Médici, Ridolfi, Pazzi, Pitti, Strozzi, Rucellai, Valori, Capponi, Soderini – para a posse do governo", além de hostilidade à Igreja e do descontentamento popular contra o poder. Destacavam-se principalmente os Médici, que se encontravam sempre às voltas com o poder, ora dominando, ora subjugados. Esta era a realidade da Itália, dividida entre os esplendores do Renascimento e o caos político-social. Segundo Megale:

A Itália estava dividida em ducados, repúblicas e principados, todos rivais entre si, muitos sem exércitos nacionais, lutando com forças mercenárias. Nessa luta a traição, a astúcia, os assassinatos são frequentes, mesmo por parte dos adeptos do poder papal. Este é o cenário da realidade social estudada *in vivo* por Maquiavel e retratada em *O príncipe*. (MEGALE, 1993, p. 15).

A vasta experiência política de Maquiavel resultou numa literatura considerável incluindo escritos políticos, históricos, poesia e teatro. Entre esses vários escritos destacam-se: *O príncipe* (1513-1514), *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1512-1519), *A Mandrágora* (1518), *Discurso sobre a reforma do Estado de Florença* (1521), *A história florentina de 1251 a 1492* (1520-1525) e *A arte da guerra* (1521).

O príncipe, obra magna de Maquiavel, "... inaugura o pensamento político moderno..." (CHAUÍ, 2006, p. 367). Apesar de ser uma obra pequena, com apenas vinte e seis capítulos, ela não perde sua densidade, pelo contrário é profundamente objetiva: citando exemplos de reis e príncipes que acertaram ou erraram na administração de seu reino ou principado, nosso autor quer mostrar qual caminho deve ser seguido. Dentre as várias classificações do opúsculo podemos adotar a de Megale:

Caps. 1 a 11 – Apresentação dos diferentes tipos de principados... Caps. 12 a 14 – Análise dos obstáculos em geral encontrados pelo príncipe e meios

para vencê-los... Caps. 15 a 18 – Principais virtudes necessárias aos príncipes... Caps. 19 a 25 – Maquiavelismo aplicado... Cap. 26 – Conclusão patriótica: salvação da Itália. (MEGALE, 1993, p. 40-41).

Maquiavel dedica *O príncipe* a Lourenço de Médici, na tentativa de reconquistar os favores desta família, demonstrar sua experiência e conhecimento político, mas, apesar de todo esforço, não o consegue. O próprio autor esclarece a natureza de sua obra:

Desejando eu oferecer a Vossa Magnificência um testemunho qualquer de minha obrigação, não achei, entre os meus cabedais, coisa que me seja mais cara ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas; as quais, tendo eu, com grande diligência, longamente cogitado, examinando-as, agora mando a Vossa Magnificência, reduzidas a um pequeno volume. (MAQUIAVEL, 1973, p. 9).

O estilo de sua obra segue o chamado *espelho dos príncipes*, comum desde o final da Idade Média conforme nos informa Bignotto (2003, p. 17) e, que era oferecido aos governantes para dirigir-lhes conselhos a fim de alcançarem sucesso em suas empreitadas e aconselhando-lhes à prática das virtudes cristãs em todas as circunstâncias; era também um modo de, mirando no *espelho* aprender mais sobre sua própria natureza e capacitar-se para exercer o poder segundo a ética e a religião. Apesar de seguir na forma o mesmo modelo, o conteúdo de sua obra era diverso. Não se trata mais de um manual para o *príncipe virtuoso*, constituído de sistemas ideais, mas de um opúsculo sobre a arte de governar, um tratado de ciência política. *O príncipe* toma como protótipo ideal de governante César Bórgia – famoso por sua crueldade – a quem o autor teve a oportunidade de conhecer em suas missões diplomáticas. No entanto, o que Maquiavel absorve dele é a sua astúcia com os melindres do poder.

Ainda sobre *O príncipe*, o que leva Maquiavel a escrevê-lo não é apenas o desejo de conseguir a simpatia dos Médici, nem somente a ideia de configurar um novo modelo de governante, mas um objetivo concreto, tendo em vista a realidade crítica que se apresenta. Assim,

...ao escrever *O príncipe*, Maquiavel parte da consciência do fato de que na Itália existe uma situação de crise de todas as velhas instituições e que só se poderá reconstruir o Estado, renovar a sociedade, se existir o poder absoluto de um príncipe que encabece esse movimento. (GRUPPI, 1985, p. 8).

Tendo em conta esses elementos (a Renascença, a tradição política vigente, o autor e sua obra) poderemos adentrar no pensamento maquiaveliano desarmados de preconceitos e compreender a sua ideia original, aquilo que de fato é a teoria política de Maquiavel. Ela não foi fruto apenas de especulações, mas resultado de sua experiência no campo da política no qual estava inserido.

ICESPI - Biblioteca

10357

26/03/14

3 A POLÍTICA SOB O OLHAR DE MAQUIAVEL

A situação da Itália era crítica politicamente entre os séculos XIV e XVI, que corresponde ao período renascentista, e Florença, por sua vez, não se excluía dessa situação, mesmo em meio ao fervor cultural provocado pelo contato com a tradição antiga clássica. Esse foi o grande laboratório que serviu para Maquiavel desenvolver sua teoria política. É claro que pesa também o seu contato com outros cenários políticos, devido à atividade diplomática que exerceu junto à República florentina, tais como o francês. O *príncipe*, como seus outros escritos políticos, nasce da realidade concreta vivenciada e analisada por Maquiavel.

Apesar do ponto de partida do Florentino ser esta realidade, não se pode falar de Política, sob o ponto de vista científico, antes de Maquiavel, mesmo levando-se em conta as teorias Antigas, tais como Aristóteles, ou ainda as concepções cristãs. Tanto a concepção de política que o precede, como a de seu tempo não passam de especulação e idealismo:

Até então a teoria de Estado e da sociedade não ultrapassava os limites da especulação filosófica. Em Platão (428-348 a.C), Aristóteles (384-322 a.C), Tomás de Aquino (1225-1274) ou Dante (1265-1321), o estudo desses assuntos vinculava-se à moral e constituía-se como teoria de ideais de organização política e social. À mesma regra não fogem os seus contemporâneos como Erasmo de Rotterdam (1465-1536) no Manual do Príncipe Cristão, ou Thomas More (1478-1535) na Utopia, que, na base de um humanismo abstrato e desencarnado de matéria concreta, constroem modelos ideais do bom governante de uma sociedade justa. (MARTINS, 1979, p. XV).

Maquiavel rompe com toda esta tradição política ao enfrentar: a) o idealismo, que fornecia apenas modelos a serem seguidos, sem ligação alguma com a realidade, b) a especulação filosófica baseada nos clássicos gregos, na Patrística e na Escolástica, c) a Religião e d) a Moral. Seu trabalho concede à Política a autonomia necessária para se desenvolver, através da pesquisa, com base na história e na realidade, ou seja, analisando os homens do passado e os seus contemporâneos: "Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los..." (MAQUIAVEL, 1979, p. 29).

Assim, livre de qualquer influência ou submissão, Maquiavel traça o que seria chamado posteriormente de *maquiavelismo*: o bom príncipe ou governante é aquele que consegue manter o poder e manter-se no poder; aquele que consegue

controlar a situação, os aliados e os inimigos; que consegue adquirir e manter a confiança do povo. *Maquiavelismo* denota a arte de governar, astúcia, estrategismo. É claro que, a *virtú* maquiaveliana passa pela habilidade do governante de se adequar às necessidades de cada situação. Assim,

o maquiavelismo implica orientar e guiar as atitudes práticas dos governantes com base nas próprias práticas humanas relativas ao poder. Próximos ao poder estão o desmando, a vaidade, a corrupção, o favoritismo, a crueldade, o egoísmo, a arrogância, o unilateralismo, o autoritarismo, o interesse particular, a volúpia... e, em vez de ignorar ou maquiar estes irmãos e primos próximos do poder, Maquiavel os tem em consideração ao propor sua análise do poder e das formas de conquistá-lo, administrá-lo e conservá-lo. (BITTAR, 2007d, p. 148).

Entretanto, isso não justifica a concepção deturpada associada ao *maquiavelismo* que se difundiu postumamente. Sua teoria não se resume a maldade e má fé; nosso autor não faz em nenhum momento apologia à imoralidade nem à corrupção. Escorel (1979, p. 97) nos explica, sobre o pensamento do Florentino, que a necessidade pode em alguns casos tornar legítimo o recurso do mal, sempre para conservar ou conquistar o poder, ou seja, nunca o mal pelo mal simplesmente, e que a fartamente popularizada expressão *os fins justificam os meios*, na realidade não se encontra em sua obra, mas foi cunhada no período da Contrarreforma⁶. Por isso, em nosso trabalho adotaremos o termo *maquiaveliano*, para que se exclua qualquer deturpação do pensamento original do autor.

O mérito de Maquiavel é o de ter concedido à Política o *status* de ciência, superando a especulação filosófica; é ter dado à Política a autonomia necessária para a sua praxe; é ter criado, conseqüentemente, uma teoria do Estado absoluto que serviria a tantos pensadores posteriores e que perpassa a todo governante que queira manter-se no poder, em qualquer época.

Sua teoria ganhou projeção devido a distintivos que lhe são próprios e inovadores para a sua época. Adiante seguiremos analisando os elementos fundamentais de sua teoria, o novo conceito de virtude e uma ética autônoma para a política.

⁶ Reação católica contra as determinações do religioso Martinho Lutero, principalmente a partir das deliberações do Concílio de Trento (1545-1563) para barrar o avanço do protestantismo.

3.1 Características da teoria política maquiaveliana

Maquiavel, ao iniciar sua teoria, rompe com toda a tradição política que o precede e com a de sua época. Isso porque, pela sua própria experiência, tais modelos não eram mais suficientes. Imaginar como as coisas poderiam ser (modelos ideais de república ou principados e de bons governantes) e idealizar como se deveria viver, ao invés de fitar como a vida é na realidade, era decretar a própria ruína. Nas palavras do próprio Maquiavel:

Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar... (MAQUIAVEL, 1979, p. 69).

O Florentino desenvolveu a sua teoria analisando a verdade efetiva das coisas. Assim, a ciência inaugurada por ele é dotada de utilitarismo, empirismo, antiutopismo, realismo (ESCOREL, 1979, p. 12), naturalismo (MORA, 2001, p. 1856), psicologia, história (MARTINS, 1979, p. XV-XVI) e antropologia (NOËLLA e LAFFITTE, 2007, p. 200). Sigamos esclarecendo cada uma dessas características.

Maquiavel, ao escrever *O príncipe*, tem em vista, além do desejo de reconquistar o favor dos Médici, para que possa retornar às suas atividades políticas, oferecer uma solução prática para uma ação política, isto é, a reunificação da Itália fragmentada, a constituição de um Estado absoluto, independente de qualquer moral ou da religião, e a instituição de um governante soberano. Ele não parte mais de postulados metafísicos, pois seu objetivo é que aquele que ler o seu livro encontre nele instruções de como se manter no poder. Nisto vemos um fim unicamente utilitarista para *O príncipe*. Desta forma, sua teoria deveria ser aplicada na realidade concreta.

Uma segunda característica fundamental de sua teoria é o empirismo. O Florentino não se prende mais a vãs especulações, pressupostos filosóficos antigos, nem a doutrinas religiosas, mas investiga o passado, analisa o presente e colhe evidências concretas da realidade. Isso, de fato, lhe garante cientificidade, isto é, um elemento concreto de estudo, que possa ser submetido à experiência e do qual

resulte soluções para a realidade. À “verdade pelo efeito das coisas” (MAQUIAVEL, 1979, p. 69) se chega somente analisando a realidade concreta e imediata e, não poucas vezes, ao vivo.

O antiutopismo é outra característica do maquiavelianismo. Quando Maquiavel afirma que “muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram...” (MAQUIAVEL, 1979, p. 69) ele define como será a sua linha de pensamento. O seu objeto de análise será a realidade mesma em que se encontra, com todos os seus problemas e falhas, e não a que idealizará um sistema para especular que tipo de leis deverão ser elaboradas, a forma de governo a ser adotada, ou um modelo de bom governante.

Do empirismo e do antiutopismo, resulta o realismo, que é outra característica marcante de sua teoria. Como afirma Noëlla e Laffitte (2007, p. 199) a teoria proposta por Maquiavel é de ordem estritamente política e de pretensão puramente pragmática. Ou seja, ele tem diante de si uma situação política caótica e deseja oferecer orientações objetivas para tal situação. Megale (1993, p. 47) apresenta como objetivo final desta obra ser sugestão e guia para a unificação da Itália. No último capítulo d’*O príncipe* o Florentino reconhece que chegou o momento e a pessoa certa – Lourenço de Médici – para executar este feito.

Levando em conta o realismo com o qual Maquiavel trata a sua teoria, não lhe escapa que no caminho do governante se apresentarão pessoas de toda sorte. E nesse sentido, o autor desenvolve uma antropologia pessimista: “É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro...” (MAQUIAVEL, 1979, p. 76). Homens adúladores, o ódio do povo, os inimigos, os conspiradores, são pressupostos da antropologia maquiaveliana. Conhecer a personalidade dos homens, do povo, torna-se indispensável nesta teoria, porque proporciona, de certo modo, segurança para o governante.

A história e a psicologia são, segundo Martins (1979, p. XV), as duas coordenadas teóricas básicas do exame empírico de Maquiavel. O autor percebe atinadamente que a história é cíclica e que os homens estão suscetíveis aos mesmos erros e acertos. O Florentino, olhando os grandes homens do passado ou do presente, analisa suas ações e tira evidências para que diante de situações semelhantes o governante conquiste seu objetivo ou evite desastres. Na psicologia, por sua vez, ele também considera a personalidade dos homens do passado e do presente, para traçar a personalidade do governante, que vai determinar seu

comportamento frente aos acontecimentos.

Por fim, a teoria política do Florentino reveste-se de naturalismo. Essa é uma das consequências diretas do Renascimento em sua obra. Primeiramente, porque trata diretamente da natureza humana, como foi dito há pouco e, segundo, porque ele a liberta, sobretudo, segundo Durozói e Roussel (1999, p. 308), de suas implicações teológicas tradicionais.

Desse modo compreende-se quão complexa é a teoria política de Maquiavel, que culminou na fundação da Ciência Política. Porém, além dessas características, constam ainda alguns elementos que singularizam sua teoria: a *virtú* e a *fortuna*, conceitos propriamente maquiavelianos e uma ética própria para a política.

3.2 Os conceitos fundamentais da teoria política maquiaveliana: *virtú* e *fortuna*

Uma inovação característica da teoria política de Maquiavel é o novo significado atribuído por ele ao termo *virtude*. Contudo, é importante sublinhar o aspecto ressaltado por Bignotto (2003, p. 24): é necessário não traduzir o termo *virtú* do italiano para que não seja confundido nem com o conceito de virtude cristã nem com o conceito aristotélico de virtude como prudência.

Mesmo tendo como pressuposto a força de vontade do homem, a concepção cristã de virtude remete a Deus e a ele deve levar. A virtude termina por ser um dom divino, um meio de salvação; um bom príncipe, rei ou governante será aquele que se deixa guiar pelas virtudes evangélicas. A virtude cristã é abstrata, contemplativa, obediência à vontade de Deus, desapego do mundo e suas ofertas. Como afirma Megale (1993, p. 51) "A virtude cristã pressupõe força moral para debelar as tentações e a fraqueza da carne. É um compromisso ético e religioso em vista de um fim sobrenatural."

Já a virtude aristotélica subjugava-se à razão; o homem racional pratica a virtude a fim de alcançar o seu fim, que é a felicidade. Conforme Reale (2005, p. 204-207), tal virtude poderá ser *ética*, se compreende uma série de bons hábitos que levam à vitória da razão sobre os instintos, e *dianoética*, quando se inclina à busca da perfeição da alma racional, através do exercício da sabedoria (faculdade de deliberar sobre o que é bom ou mau para o homem) e da sapiência (ação contemplativa para conhecer as verdades supremas).

A *virtú* maquiaveliana consiste na astúcia do governante de saber como agir, conforme a circunstância o pedir, para atingir o seu fim, que é a manutenção do poder, isto é, “É uma habilidade mundana de administrar o poder e suas instabilidades” (BITTAR, 2007d, p. 149). Ela vai dar ao governante todo o suporte para manter-se no poder e saber lidar com os melindres do governo. É um atributo do governante totalmente desprovido de compromisso ético e religioso. O filósofo britânico Paul Strathern evidencia destacadamente o significado cunhado por Maquiavel aprofundando o seu sentido etimológico:

O conceito maquiavélico de *virtú* remonta às raízes da palavra: *vir* (homem) e *vis* (força), com conotações de virilidade. *Virtú* é potência, poder – mais próximo do conceito nietzschiano de “vontade de poder”. Expressa dinamismo e força, a ousadia exigida para aproveitar o momento oportuno e ir até o fim sem fraquejar. (STRATHERN, 2000, p. 50).

Maquiavel relaciona ao conceito de *virtú* o de *fortuna*, que “designa as circunstâncias independentes da vontade, que o príncipe deve explorar no bom momento a captar como uma ocasião propícia para uma iniciativa audaciosa” (NOËLLA e LAFFITTE, 2007, p. 199). A *fortuna* pode ser entendida basicamente como um momento de sorte boa ou má, um período propício que o destino proporciona, ao qual o governante deve estar atento para aproveitá-lo e dele tirar vantagens pessoais. Assim sendo, a *fortuna* soma-se à *virtú* como um dos atributos do governante.

Um príncipe virtuoso deve estar atento às ocasiões que se lhe apresentam para tirar proveito da *fortuna*. No capítulo VI d’O *príncipe*, Maquiavel, citando o exemplo de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, explica o motivo de seu sucesso:

...examinando-lhes a vida e as ações, conclui-se que eles não receberam da fortuna mais do que a ocasião para poder amoldar as coisas como melhor lhes aprouve. Sem aquela ocasião, suas qualidades pessoais se teriam apagado, e sem essas virtudes a ocasião lhes teria sido vã. (MAQUIAVEL, 1979, p. 30).

Ainda no que concerne às qualidades do governante virtuoso, inclui-se a sua preocupação com a guerra. “Um príncipe deve, pois, não deixar nunca de se preocupar com a arte da guerra...” (MAQUIAVEL, 1979, p. 65). Para Maquiavel um Estado só consegue manter-se firme pelo consórcio de suas próprias armas e um verdadeiro soberano deveria possuir um exército próprio, de homens que lhe fossem

fiéis, ao contrário dos mercenários, que trabalham por dinheiro, mas que não são confiáveis. Além do mais, é pela guerra que o governante vai intimidar os inimigos, garantir a segurança adequada e conquistar novos territórios.

A partir desta nova concepção de virtude (*virtú*), como habilidade puramente mundana de lidar com as vicissitudes da política, diferente da visão cristã e da aristotélica, Maquiavel inaugura, também, uma ética própria para a Política. Essa nova concepção de ética fortalecerá a polemicidade em torno do seu trabalho.

3.3 A ética maquiaveliana para a Política

Até aqui já foi considerada uma série de elementos e características que distinguem a teoria política de Maquiavel das concepções de política que se tinha até então, como, por exemplo, o conceito de *virtú* e *fortuna*. Com a ideia de *virtú*, Maquiavel também funda um novo conceito de ética para a política. As concepções éticas que o precederam e que eram vigentes em sua época foram herdadas de Aristóteles e do cristianismo. No entanto, a política não tinha uma moral própria, era subordinada a estas.

Em Aristóteles o Estado e a alma do cidadão individual eram correspondentes. Era na *polis* que se realizava a virtude do homem, a fim de que alcançasse o seu fim último que era a felicidade. Por isso, o governante deveria ser virtuoso, para que proporcionasse o desenvolvimento da virtude dos outros indivíduos. O Estado deveria tornar possível a vida feliz, e o homem, como animal político só se realizaria nele. Toda a tradição política posterior tem influência do pensamento do filósofo de Estagira.

O cristianismo, por sua vez, desenvolveu uma moralidade embasada na Lei Mosaica e nos ensinamentos de Cristo – não matar, não roubar, a justa medida, amar os inimigos, o servo bom e fiel, etc – que ditou fortemente, até o final da Idade Média, como deveria ser desenvolvida a política.

Quando Maquiavel propõe uma política autônoma em relação à especulação filosófica tradicional e à autoridade da Igreja, ele também rompe com a moral vigente, concebendo uma moral com fins unicamente práticos. Aqui se faz mister evidenciar qual foi a intenção original do Florentino ao conceber uma ética própria para a ação política. O que ele desejava saber, segundo Bignotto (2003, p. 31), era se a ética era suficiente para nos mostrar como agir na política em todas as

situações.

Conforme assinala Escorel (1979, p. 93-96), não se pode apresentar nosso autor como imoral, pois o problema moral não tinha lugar na sua concepção política, mas como amoral, visto que fazia *tabula rasa* das normas éticas, deixando o campo inteiramente livre ao jogo político, regido por leis próprias e específicas. O que há na verdade é uma moralidade maquiaveliana, laica, secular e de base naturalista. É Escorel ainda que enfatiza um traço que pode passar despercebido na moral de Maquiavel: serão morais todas as ações manifestamente úteis à comunidade, e imorais, as que só tiverem em vista a satisfação de interesses privados e egoísticos, pois estão em jogo os interesses nacionais. O que justifica essa afirmativa? Conforme o próprio autor:

Os Estados bem organizados e os príncipes prudentes preocuparam-se em não reduzir os grandes ao desespero e satisfazer e contentar o povo, porque essa é uma das questões mais importantes que um príncipe deve ter em mente. (MAQUIAVEL, 1979, p. 85).

Como já foi dito, na obra de Maquiavel não se encontra a expressão “os fins justificam os meios”, ou seja, ele não faz, dissimuladamente, apologia à imoralidade, mas quando for necessário o governante deverá aprender também a não ser bom. Diferentemente da moral cristã, que é abstrata, a moral maquiaveliana é concreta e intrínseca à prática política.

Segundo Megale (1993, p. 62) há ainda um fator a ser levado em consideração e que influencia a concepção maquiaveliana de ética política: na política não existem meios *a priori bons* e *a priori maus*, estes são julgados somente *a posteriori* e o critério é sempre a eficiência prática. Sua ética, então, se ordenará a partir deste pressuposto: a necessidade do povo e a manutenção do poder é que qualificará algo como moralmente bom ou ruim.

Diante desses elementos fica claro por que a teoria política de Maquiavel é um divisor de águas no campo da Política: ele deixou de lado todo o arcabouço especulativo que existia até então e, com base em sua experiência e nos fatos da realidade, desenvolveu uma teoria política objetiva e prática, com fins a solucionar todos os conflitos políticos de sua época, com a extraordinária capacidade de não se fechar naquele período, mas perpassando-o e atingindo a todo governante em qualquer realidade. A polemicidade em torno de Maquiavel e sua teoria política não se perpetua apenas pelos mesmos motivos de outrora, mas porque a problemática

suscitada por ele permanece atual.

Esta defesa é sempre feita no pensamento ideológico do partido, defendendo as posições do partido no mundo e no espaço social de sua época política. Portanto, trata-se de uma defesa ideológica no seu pensamento, principalmente com relação à sua obra e ao seu papel e sua obra em si. Também defende as posições do partido e dos movimentos da Classe Política. Não se trata de uma defesa de princípios ideológicos, mas de uma defesa ideológica.

4. Defesa da obra política ideológica

Defender a obra política de uma pessoa é sempre uma tarefa ideológica, defendendo as posições do partido e do movimento do partido no mundo e no espaço social de sua época política. Portanto, trata-se de uma defesa ideológica no seu pensamento, principalmente com relação à sua obra e ao seu papel e sua obra em si. Também defende as posições do partido e dos movimentos da Classe Política. Não se trata de uma defesa de princípios ideológicos, mas de uma defesa ideológica.

Não se trata de uma defesa ideológica, mas de uma defesa ideológica. Portanto, trata-se de uma defesa ideológica no seu pensamento, principalmente com relação à sua obra e ao seu papel e sua obra em si. Também defende as posições do partido e dos movimentos da Classe Política. Não se trata de uma defesa de princípios ideológicos, mas de uma defesa ideológica.

Na primeira obra ideológica, defende a obra política de uma pessoa e o movimento do partido no mundo e no espaço social de sua época política. Portanto, trata-se de uma defesa ideológica no seu pensamento, principalmente com relação à sua obra e ao seu papel e sua obra em si. Também defende as posições do partido e dos movimentos da Classe Política. Não se trata de uma defesa de princípios ideológicos, mas de uma defesa ideológica.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE MAQUIAVEL PARA A POLÍTICA

Após delinear o substrato original do pensamento maquiaveliano em *O príncipe*, abordando as particularidades do período histórico em que viveu e as características de sua teoria política, trataremos agora de considerar as críticas levantadas ao seu pensamento, primeiramente com relação à sua obra e, em seguida à sua teoria em si. Também levantaremos sua colaboração para o desenvolvimento da Ciência Política. Não obstante, trataremos da atualidade da problemática suscitada pelo Florentino no século XVI.

4.1 Críticas à teoria política maquiaveliana

O príncipe – num período de meio milênio – nunca perdeu sua polemicidade, derivada da ignorância de suas ideias e da incompreensão de seu objetivo original. Atribui-se a ele a influência no aparecimento dos regimes totalitários, a corrupção e a imoralidade na política. Para alguns a simples alcunha *Maquiavel ou maquiavelismo* denota desonestidade, má fé, falta de escrúpulo, e provoca profunda ojeriza a tudo quanto esteja relacionado ao pensador de mesmo nome. Certamente isso é fruto de análises apenas superficiais do trabalho de Maquiavel que não levaram em conta os pressupostos históricos, sociais, políticos e filosóficos de sua época, nem o objetivo original do autor.

Não excluimos a sua condenação pelos meios eclesiásticos e pela Ética de seu tempo e que se projetou posteriormente, mas, também, não queremos apenas repetir uma série de censuras que, na sua maioria, são infundadas e superficiais. Ao contrário, ansiamos abordar o pensamento de Maquiavel a partir de dois pontos de vista: o primeiro, referente à obra, tomando a abordagem de Megale (1993, p. 44-45), e o segundo, referente à sua teoria política, a partir da reflexão de Escorel (1979, p. 120-124).

Na primeira abordagem, diretamente sobre a obra, Megale (1993, p. 44-45) enuncia algumas opiniões acerca de *O príncipe*, entre as quais ele aponta esta obra como um **manual do absolutismo, livro do diabo, anticristão e imoral**.

Primeiramente, tratar esta obra como **manual do absolutismo** incorre num grande equívoco. Ela é de fato um manual. Distingue-se dos de sua época, apenas pelo seu caráter prático e realista, mas não trata sobre o absolutismo. De fato, nosso

autor retrata a situação de sua época, marcada por instabilidade política, guerras, governos autoritaristas; ele também evidencia personagens como César Bórgia, que se destacou pela sua crueldade, mas a sua intenção era exatamente outra. Megale (1993, p. 44), recorrendo aos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (1512-1519)*, afirma que Maquiavel é um entusiasta defensor da forma republicana do poder. Não se deve ler *O príncipe* fora do contexto renascentista, realidade vivida e descrita pelo Florentino. A atribuição que fazem a respeito de sua influência na concepção de governos absolutistas ou essa interpretação que fazem da obra é fruto, exatamente, da descontextualização.

Outra qualificação para o livro de Maquiavel, e que é, sem dúvida, a mais esdrúxula que há, talvez não tanto para a sua época, mas para a nossa é a de **livro do diabo, anticristão e imoral**. Uma das atitudes mais audaciosas de Maquiavel foi, sem dúvida, o rompimento com a Igreja. Não que seja uma atitude apenas sua, é algo que faz parte do espírito renascentista da época, mas, de fato, ele está inserido nela. Desse modo:

A dessacralização do político, a independência do poder temporal frente ao Vaticano, o primado do Estado face à religião constituíram um conjunto de circunstâncias que se expressavam no desenvolvimento dos Estados nacionais e conferiam ao seu pensamento intensa contemporaneidade. (MARTINS, 1979, p. XXI).

Não foi por acaso que o Florentino ganhou a antipatia da Igreja. Logo na Itália, sede do poder Eclesial, essa subordinação do espiritual ao temporal não poderia ter outro resultado. Desse modo, em 1559, o Papa Paulo IV o inclui no *Index*⁷, sendo esta decisão ratificada pelo Concílio de Trento em 1564. A tradição teocrática cristã, com a cristandade cada vez mais defasada, vê-se ameaçada pela perda de seu controle do poder temporal-político. Jesus de Nazaré proclamava que o seu reino não era deste mundo e Maquiavel defendia a política como uma ação plenamente mundana. A moral cristã fundamentada na Lei de Moisés e no Sermão da Montanha que deveria iluminar a atuação do governante virtuoso, na concepção maquiaveliana é superada pela amoralidade ou por uma moralidade pragmática.

Sem dúvida essas duas críticas repercutiram no tempo e acompanharam a obra de Maquiavel, estereotipando a sua teoria e cometendo o grande erro de abstrair-la de seu contexto histórico.

⁷ Lista de livros proibidos pela Igreja.

Com relação à teoria de Maquiavel em si, vamos enumerar as colocações feitas por Escorel (1979, p. 120-124). Suas críticas não são apenas ataques infundados com base em critérios morais ou religiosos, mas refletem sobre as limitações da teoria política maquiaveliana.

A primeira crítica afirma que Maquiavel não reconheceu a independência da consciência moral do homem e a existência de direitos individuais invioláveis. A autoridade do Estado também tem limites, ela não pode se sobrepor arbitrariamente à liberdade formada pela moral e pelos direitos de cada homem. Vista de forma contrária a essas propriedades de cada sujeito cai-se no totalitarismo ou absolutismo. Certamente, a tradução de seu pensamento dessa forma gerou estes tipos de regimes, que não escapam à realidade da época de nosso autor, mas que não era o seu objetivo.

Outra crítica é a falta de fé na eficácia social da consciência ética do homem. Isso é fruto da concepção naturalista e pessimista que Maquiavel tem do ser humano, bem como do método empírico usado por ele. O simples fato de ter se usado apenas da empiricidade já lhe põe à margem da interioridade humana, recinto da consciência ética. Ele submete o homem apenas aos seus instintos e à realidade.

A terceira crítica é que ao seu método empírico-indutivo, faltou o espírito lógico-dedutivo "... necessário para completar e retificar nosso conhecimento da realidade..." (ESCOREL, 1979, p. 122). A despeito disso, Escorel não duvida que esta posição de Maquiavel concedeu ao seu trabalho minuciosidade e realidade à sua teoria política.

Maquiavel também é acusado de conceber o poder como um fato puramente político. Desse unilateralismo resulta o fechamento do poder em si mesmo, com fins auto-imanentes, autorizado a escolher os meios necessários à sua auto-preservação e engrandecimento. A consequência disso é a relegação da moral, da religião e do direito a segundo plano para que não se oponham à sua autoridade.

A quinta crítica observa a falta de um substrato ético transcendente, uma noção universal de bem. Sem esse elemento corre-se o risco de se confundir o bem da coletividade com o bem do governante, de forma que o poder deixa de ser um instrumento para o bem comum e torna-se uma finalidade em si mesma, com consequências imprevisíveis. Dessa forma, perde-se de vista o bem da coletividade.

Por fim, a sexta crítica consiste nas consequências da teoria maquiaveliana. Escorel (1979, p. 123) assinala que existe muita diferença entre o pensamento de

Maquiavel e o *maquiavelismo*. De fato, este último teve implicações que não podiam ser previstas pelo autor. Longe da realidade política do século XVI, em cenários diferentes daqueles e em condições políticas novas, a teoria política do Florentino revelou outra face. Martins (1979, p. XXII) cita, por exemplo, que Mussolini o transformou em precursor do fascismo, no início do século XX.

A elucidação dessas críticas nos permite compreender a causa da rejeição da teoria política maquiaveliana e o fato de até hoje ela ainda ser um *tabu* nos círculos políticos. Contudo, foram exatamente esses fatores que proporcionaram à Política a autonomia necessária para a sua práxis e prepararam as bases para a Política Moderna.

4.2 A colaboração de Maquiavel para a Ciência Política

Maquiavel não escreveu um tratado sobre a Ciência Política propriamente dita, mas é considerado o pioneiro desta ciência pelo modo como desenvolveu a sua teoria política. Sob o prisma do utilitarismo, do empirismo, do antiutopismo, do realismo, do naturalismo, da psicologia, da história e da antropologia o Florentino inaugura a Ciência Política, contrária à concepção política dos Antigos e da Idade Média, assentada em base metafísica e num imperativo ético (a procura do bem e da verdade no governo das cidades) conforme assinala Cabral ([s/d], p. 622).

Até o Florentino a Política não passava de especulação filosófica. Tornaram-se referenciais, então, homens como Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino e até mesmo contemporâneos seus como Erasmo de Rotterdam e Thomas More com seus sistemas idealistas. Maquiavel, ao contrário, analisou a história precedente e a realidade em que vivia, a personalidade dos governantes e do povo, suas estratégias.

Tratando do que seja a Ciência Política, faz-se necessária a distinção entre "filosofia" e "ciência" política. Bittar (2007a, p. 4) define que a Filosofia Política é mais reflexiva, com tons especulativo acentuado e que não confere resposta imediata, enquanto a Ciência Política é influenciada pela metodologia das ciências naturais, e que, por isso, é mais rigorosa e precisa. Foi exatamente o rigor e a precisão do trabalho de Maquiavel que proporcionaram o nascimento da Ciência Política.

Para melhor delinear a colaboração de Maquiavel à Ciência Política descreveremos os seguintes elementos: a **razão de Estado**, **Realpolitik** e **homo politicus**. Tais elementos são necessários para compreendermos de que forma sua teoria política influenciou o surgimento desta Ciência.

O Florentino é considerado o "pai da razão de Estado" (BERLIN apud MEGALE, 1993, p. 61). Esta expressão, segundo Megale (1993, p. 60), surgida com Giovanni Botero, significa a soberania do Estado que não pode ser, de forma alguma, lesada, bem como a determinação do governante em tomar medidas cruéis se forem necessárias para essa dita soberania e para o bem-estar da população; exprime a política pura. Isso justifica por que a política deve estar acima de qualquer outro valor. O fim da ação política não é mais a superação do mundo ou o uso desapegado deste até alcançar a esfera espiritual, mas exatamente a administração da esfera mundana. A teleologicidade da política é a conservação do Estado soberano unificado, pacificado e absoluto com relação aos demais; este Estado é o fim a ser alcançado. E o governante, como detentor do poder, é o principal agente desta ação. Fica evidente que os interesses do Estado se sobrepõem ou suprimem quaisquer outros interesses.

O segundo elemento é o que mais evidencia a teoria maquiaveliana. A **Realpolitik** é a política visando tão somente ao poder, a despeito dos modelos idealistas. É o que já vem sendo abordado, mas que será assumido pela Ciência Política: a Política é uma ação concreta, prática, então, esta Ciência se ocupará de desenvolver os meios pelos quais a práxis política seja eficiente. O realismo com que Maquiavel abordou o seu contexto (histórico, político, social, filosófico), deve ser o método empregado pela Ciência Política. Berten (2004, p. 12) defende que a tradição maquiaveliana é a única absolutamente realista e que é a tradição dominante em ciência política, pois ela se interroga essencialmente sobre o funcionamento real da política, independentemente de considerações morais, a não ser que estas sejam motivações reais da ação política. A **Realpolitik** está intimamente ligada à **razão de Estado**, pois ela reforça a sua manutenção à medida que oferece recursos, e não somente a reflexão de seu funcionamento.

Por fim, mas não menos importante, é a concepção de **homo politicus**. É verdade que Platão e Aristóteles já haviam forjado esta ideia, mas para eles todo homem racional era político, com vocação para a *polis*, caso contrário ou era um deus ou uma besta. Este homem era capaz de socialização, de crescer

virtuosamente, de colaborar com a edificação do bem comum, alcançar coletivamente a felicidade. Para Maquiavel o **homo politicus** era o modelo de governante bem-sucedido, portador da *virtú* e da *fortuna*. Segundo Megale (1993, p. 53) o **homo politicus** é o modelo teórico, calcado na realidade e baseado no comportamento efetivo dos homens e não na norma ou no ideal; ele governa o seu Estado com boas leis e por suas próprias armas.

Assim, concluímos que, de fato, o trabalho de Maquiavel foi decisivo para o surgimento da Ciência Política. A Política passou a ser olhada de um outro ponto de vista. Tem um objeto de estudo – o governante e o Estado, e tem um escopo – a efetivação da prática política em si mesma.

4.3 A atualidade do pensamento de Maquiavel

Ainda resta-nos saber se o pensamento de Maquiavel tem implicações atualmente. Sabemos que a sua teoria política causou e ainda causa muita polêmica, talvez até arbitrariamente. Mas não queremos nos focar nisso. Nosso objetivo é saber se o paradigma maquiaveliano ainda exerce influência na reflexão e na prática política. Apresentaremos dois pressupostos de épocas diferentes – Escorel (1979) e Berten (2004) – mas que confirmam a atualidade da problemática iniciada pelo pensador florentino no século XVI.

Lauro Escorel desenvolve uma ampla e profunda análise da obra de Maquiavel em seu trabalho *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* (UNB, 1979). Nele ele faz uma síntese histórico-biográfica e um denso exame da teoria política de Maquiavel, e logo no início ele assume que o seu estudo lhe serviu para tomar consciência do grave e difícil problema das relações da política com a ética:

... o pensamento político contemporâneo continua a viver no plano da problemática de Maquiavel, da qual não consegue desligar-se porque não chegou ainda a resolver a antinomia que nela está implícita – a antinomia entre a ética e a política. (ESCOREL, 1979, p. 6).

Como delineamos ao longo deste trabalho, a problemática levantada por Maquiavel foi a de conceber um bom governante – **homo politicus** – autônomo em relação à religião e à moral. Sua teoria política encontrou muitos obstáculos por gerar uma nova concepção ética, própria para a política. Contudo, mais profundo do

que isso foi a sua iniciativa de tratar a política como realmente ela é: cheia de traições, covardia, mentiras, hipocrisia e ambições. Diante disso, como deve agir o governante? Aqui entra a *virtú* como a capacidade de superar esses obstáculos para manter-se no poder.

Como o próprio Escorel (1979, p. 93) deixa claro, não se trata de **imoralismo**, ou seja, Maquiavel não faz em sua teoria política apologia ao despotismo, à maldade nem à corrupção, mas ele não exclui que se for necessário, um bom governante, deve guerrear, eliminar os seus inimigos ou fingir ser virtuoso, caso não o seja. Trata-se aqui da política pura, regida por leis próprias, alheia às normas éticas; nesse caso a política seria **amoral**, estaria além da moralidade. O grande mérito do Florentino foi também evidenciar que, apesar do discurso cristão e da Ética tradicional serem idealmente perfeitos, na prática não era assim; Maquiavel apenas desvelou uma realidade que ninguém queria encarar.

Distante 500 anos da realidade em que viveu Maquiavel, a nossa época reproduz um quadro semelhante ao encontrado por ele: a despeito de uma larga reflexão sobre a Política, há um descontentamento geral com a forma como ela é operacionalizada, várias são as formas de governo (repúblicas, monarquias parlamentares, ditaduras, teocracias), a economia interfere diretamente nela, acentuando e generalizando a crise que enfrenta a nível mundial, sem contar que é também apontada como uma atividade corrupta, o que gera um alto grau de rejeição popular.

Olhando para o cenário político nacional também constatamos uma série de entraves: corrupção política exacerbada, crise na atuação dos Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), impunidade aos crimes políticos, a fragmentação dos partidos políticos, fazendo com que se multipliquem novos partidos, a perda da credibilidade dos governantes junto ao povo, gerando o descontentamento popular.

Demonstra tal realidade, e justifica a atualidade do pensamento e da obra de Maquiavel, a pesquisa realizada pelo **IBOPE**⁸ a pedido do Conselho Federal da OAB⁹, entre os dias 27 e 30 de julho de 2013, por telefone, com 1.500 brasileiros, sobre a possibilidade de uma reforma política, que tem como objetivo realizar mudanças nas regras eleitorais e no sistema político brasileiro. A pesquisa mostrou que 85% da população é a favor dela. Entre as pessoas com ensino superior, esse

⁸ Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística.

⁹ Ordem dos Advogados do Brasil.

índice é de 92% e, entre as que têm renda familiar de dois a cinco salários mínimos, o percentual vai a 90%. Isso demonstra que a insatisfação política perpassa todos os níveis da sociedade brasileira.

Outra pesquisa realizada pelo **Datafolha**¹⁰ entre os dias 27 e 28 de junho de 2013, em 196 municípios brasileiros, com 4.717 pessoas, diagnosticou que 68% da população aceita a composição de uma comissão para propor mudanças na Constituição do Brasil.

Tanto a problemática da reforma política eleitoral e do sistema político, como da mudança na Constituição demonstram que nosso país enfrenta uma crise política. Mas será que o problema real é a forma como está organizado o aparelho político brasileiro? A Constituição? São os políticos em si? Talvez não seja necessário alterar a Constituição que tem pouco mais de 20 anos e que põe o Brasil na vanguarda da democracia em relação a outros países subdesenvolvidos. Muito menos se esperar que, elaborando um novo sistema eleitoral e político, seja possível extirpar toda possibilidade de corrupção, lavagem de dinheiro ou que com isso se forme uma geração de políticos profundamente éticos. Podemos estar concentrados apenas na superfície do problema, enquanto que o dilema levantado por Maquiavel no século XVI seja ainda a causa dessa crise política.

A problemática maquiaveliana, então, persiste: é possível conciliar Política e Ética? Escorel afirma que não:

... o angelismo político, isto é, a crença na possibilidade de uma política isenta de mal, irrealmente pura e alheia a qualquer forma de egoísmo e corrupção, não se coaduna com a convicção básica do espírito democrático, essencialmente relativista e tolerante, de que o problema político há de ser resolvido dentro das inevitáveis imperfeições da natureza humana, e nunca à custa de sua eliminação artificial por meio de não importa que espécie de despotismo de intenções pretensamente moralizantes. (ESCOREL, 1979, p. 7).

Essa foi a posição de Maquiavel. Ele não apresentou uma solução para o dilema política/ética, mas como o governante deve agir face aos fatos. O acerto do Florentino foi exatamente reconhecer com pessimismo a condição da política, mas, ao mesmo tempo a sua necessidade, e como agir diante dessa realidade.

Isso significa que a problemática suscitada por Maquiavel persiste e também a falta de solução para ela. Por quê? Será que a Filosofia Política ou a Ciência

¹⁰ Instituto de Pesquisa Datafolha.

Política não amadureceram o suficiente para resolver esse impasse? Ou será um problema a ser resolvido pela antropologia, pela psicologia ou pela sociologia? Do ponto de vista maquiaveliano, devemos ser realistas e encarar os fatos com pessimismo e naturalismo: os homens continuam sendo ambiciosos e a política se faz pela guerra e pela astúcia e, portanto, o bom governante tem que ter a *virtú* necessária para aproveitar a ocasião que a *fortuna* lhe oferece.

Cabe aqui a colocação de Berten (2004, p. 12), fundamentada em Raymond Aron, de que a tradição de Maquiavel atravessa todos os tempos e todas as culturas:

Desde mais de quatro séculos, a querela no maquiavelismo não deixa de ser atual, porque no fundo ela é eterna. Qual fim se deve propor aquele que empreende governar seus semelhantes? Quais são os meios que ele tem, em consciência, o direito de empregar? Esta dupla interrogação permanecerá posta tanto tempo quanto durar a imperfeição dos homens e a pluralidade de suas aspirações contraditórias reservarão à força e à injustiça, no destino das coletividades, um papel ao mesmo tempo radioso e escandaloso. (ARON apud BERTEN, 2004. p. 12-13).

Fica, por isso, evidente a atualidade do pensamento de Maquiavel, pois persiste o dilema entre a Ética e a Política. Seja nas ditaduras, nas monarquias parlamentares, nas teocracias ou nas repúblicas haverá sempre o elemento **poder** ou **razão de Estado** que estará em jogo, bem como o conflito de vontades, a discussão entre o que é moralmente correto e errado e, por conseguinte, para aqueles que quiserem desenvolver estratégias para consolidar-se no poder como um bom governante, o maquiavelianismo, mesmo que não abertamente, se fará necessário.

5 CONCLUSÃO

Em meio à efervescência cultural, filosófica e social pela qual passava Florença, Maquiavel desenvolveu a sua teoria política. Ele havia percebido que a concepção política vigente não era mais suficiente para dominar o caos e a instabilidade da política. Neste contexto ele escreveu *O príncipe*, obra basilar do seu pensamento político.

Sua teoria política não foi fruto apenas de especulações, mas o resultado de sua experiência no campo da política e da realidade na qual estava inserido. Ela ganhou projeção devido aos distintivos que lhe eram próprios e inovadores para a sua época, tais como o empirismo e a historicidade. Sua teoria política possui ainda elementos característicos tais como os conceitos de *virtú* e *fortuna* – essenciais ao bom governante, além de uma ética autônoma para a política (não existem elementos *a priori* bons ou maus, mas o serão de acordo com a necessidade).

Diante desses elementos fica claro por que o pensamento de Maquiavel é um divisor de águas no campo político: ele possibilitou a autonomia necessária para que a Política trilhasse um caminho próprio sem ter que submeter-se à Religião ou à Ética, além de ter sido decisivo para o desenvolvimento da Ciência Política.

A polemicidade em torno de Maquiavel e sua teoria política não se perpetua pelos mesmos motivos de outrora, mas porque a problemática suscitada por ele permanece atual: o dilema entre a Ética e a Política. A grande arbitrariedade que se comete com relação ao autor e sua teoria é a de mantê-los sempre à margem, reproduzindo um juízo infundado, desmerecendo a colaboração e a importância deles para a Ciência Política e para a própria Política enquanto prática.

Desse modo, o maquiavelianismo, mesmo que não abertamente, continua vivo no campo político, seja na prática ou na investigação, pois enquanto persistirem a problemática do perfil adequado do bom governante e de quais atitudes tomar diante das necessidades, tendo em vista a manutenção do poder, será preciso voltar ao opúsculo do pensador florentino para extrair de suas palavras os meios adequados para desenvolver uma política realista, e eficiente.

REFERÊNCIAS

- BERTEN, André. **Filosofia política**. São Paulo: Paulus, 2004. p. 5-13.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Filosofia passo-a-passo, 29).
- BITTAR, Eduardo C. B. Direito e política: uma intersecção necessária. In: _____ **Curso de Filosofia Política**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007a. p. 3-52.
- _____. Platão: decepção política e educação política. In: _____ **Curso de Filosofia Política**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007b. p. 55-76.
- _____. Aristóteles, a vida política e a cidadania. In: _____ **Curso de Filosofia Política**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007c. p. 77-110.
- _____. Nicolau Maquiavel: Ética de fins e Política. In: _____ **Curso de Filosofia Política**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2007d. p. 145-156.
- CABRAL, Roque (dir.). **Logos**: enciclopédia luso-brasileira de filosofia. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo. [s/d.] p. 619-622.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. p. 367-372.
- DURANT, Will. **A Renascença**: A história da civilização na Itália do nascimento de Petrarca à morte de Ticiano – 1304 a 1576. Trad. Mamede de Sousa Freitas. Rev. Marcos Roma Santa. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. (A história da civilização, v. 5).
- DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1999. 3. ed. p. 307-309.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1979. (Curso de introdução à Ciência Política).
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 5. ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores Ltda., 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Pesquisa sobre a reforma política. **IBOPE**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/13_1184_Reforma_Pol%C3%ADtica_CATI%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados%20-%20divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. Pesquisa de opinião pública. **Datafolha**. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/plebiscito.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2013.
- KENNY, Anthony. **História concisa da Filosofia ocidental**. Lisboa: Temas e

Debates Actividades Editoriais Ltda., 1999. p. 221-222.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

MARTINS, Carlos Estevam. Maquiavel: vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe, Escritos políticos**. Trad. Lívio Xavier. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

MEGALE, Januário. **O príncipe de Maquiavel: roteiro de leitura**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tomo III. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 1856-1857.

NOËLLA, Boraquin; LAFITTE, Jaqueline. **Dicionário universitário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 16-19. 199-201.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. v. 1. 9. ed. São Paulo: Paulus, 2005. p. 203-211.

STRATHERN, Paul. **Maquiavel em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.